

A TARDE

FMS TMI LIN
FIBL
Jorn A Tarde
06/09/03
Local 11
LOI
local@ati

- Adiada discussão

Decisão judicial atende à ação civil impetrada pelo MP e

HAROLDO AQUILLES
E MARY WEINSTEIN

O juiz da 6ª Vara da Fazenda Pública, Rubem Dário, respondeu favoravelmente à ação civil impetrada pelo Ministério Público contra a realização da audiência pública do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU, marcada para segunda-feira próxima. O anúncio foi feito pelo presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, Carlos Alberto Dutra Cintra, a representantes de várias entidades civis (ABI, Fabs, OAB, Câmara Municipal, Assembleia Legislativa e Ministério Público), que foram cobrar, ontem, rapidez no processo. É que a prefeitura, após a decisão do desembargador Jafeth Eustáquio, marcou a última audiência pública para segunda-feira.

O juiz Rubem Dário é o mesmo que concedeu a liminar suspendendo a audiência, em 25 de abril deste ano, derrubada pelo desembargador Jafeth Eustáquio no mês passado (dia 25), ao julgar o agravo de instrumento interposto pela prefeitura. O desembargador entendeu que estava havendo ampla participação popular e cancelou a liminar, argumento oposto ao do Ministério Público.

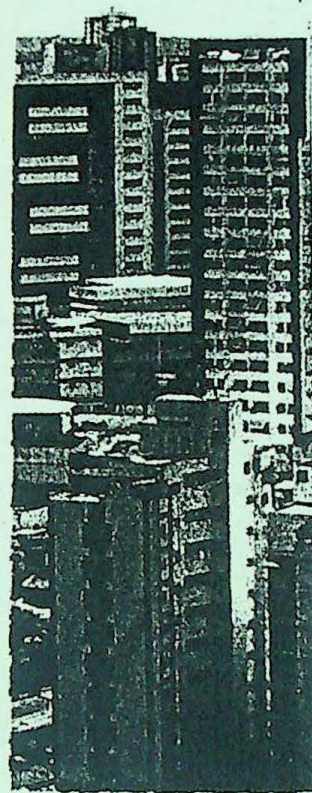
A medida cautelar - ação civil visando suspender a audiência pública - foi pedida pela promotora da Cidadania e Meio Ambiente, Cristina Seixas, por entender que ao processo de tramitação do anteprojeto do novo Plano Diretor faltava participação popular. "A prefeitura tinha obrigação de divulgar os anexos -

trabalhos técnicos, por exemplo, sobre gabaritos, saneamento, saúde, meio ambiente e moradia, entre outros -, o que não fez alegando custo altíssimo".

Para a promotora, a população não tinha como debater, em apenas duas audiências, um trabalho técnico dessa magnitude. "Tentamos, inclusive, celebrar um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com a participação de técnicos da Universidade Federal da Bahia, também recusado pela prefeitura", diz ela. Pelo TAC, peritos da Ufba iriam transpor para uma linguagem acessível o teor dos anexos para que pudessem ser publicados e discutidos com a população.

POPULAÇÃO EXCLUÍDA - De acordo com Agostinho Muniz, representante da Associação Baiana de Imprensa, o Executivo municipal, a pretexto de cumprir o que determina o Estatuto da Cidade, estipulou a realização de duas audiências públicas. "Este é um plano técnico altamente especializado que vem sendo desenvolvido nos últimos seis anos e que gerou uma imensidão de documentos, não-publicados pela prefeitura. Como a população pode debater um assunto de tamanha gravidade e importância sem conhecer, em detalhes, o assunto?", pergunta.

O receio das entidades é que a prefeitura tenha ouvido apenas os segmentos que eram do seu interesse, a exemplo do imobiliário, grandes construtoras e o comércio, deixando a população marginalizada. "Na verdade o que está sendo montado é uma farsa e a



Entidades civis criticam a u

prefeitura, de forma intencional, excluiu a população de participar do processo", denuncia o deputado Javier Alfaya (PCdoB).

Alfaya suspeita de que, por trás da pressa da prefeitura e da decisão de não debater com a população o Plano Diretor, existem inte-

Assão do Plano Diretor

a pelo MP e cancela audiência marcada para a próxima segunda-feira

GILDO LIMA



civis criticam a urgência da prefeitura em alterar parâmetros que só beneficiariam o setor imobiliário

forma intencional, a população de participar, denuncia o deputado (PCdoB). A ideia de que, por trás da prefeitura e da decisão de cancelar a audiência, existem interesses diversos.

“Por exemplo, fala-se de uma autonegociação de áreas marginais do Metrô, principalmente, no Campo da Pólvora, e de áreas da Avenida Paralela e em bairros como Barris, Barbalho e Comércio. Tudo isto está escondido”, diz o deputado.

Segundo a promotora Cristiana Seixas, com a sentença favorável ao MP, a prefeitura vai ser obrigada a publicar os anexos e a discutir o plano com a população, ou seja, terá que adiar o processo. “Se ele for realizada, o projeto será encaminhado ao

Conselho de Desenvolvimento Urbano (Condurb), que tem reunião marcada para quarta-feira. De lá, se aprovado – o governo tem maioria entre os 15 membros –, o projeto vai para a Câmara de Vereadores para votação”, explica.



Mudança no perfil da orla é só um dos aspectos do novo plano

Cidade vive momento decisivo

A aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PDDU) é um momento decisivo para definição dos rumos que a cidade vai tomar nos próximos dez anos. A sociedade civil quer participar desse planejamento. No entanto, segundo muitos representantes, a prefeitura não quer conversa. Quer aprová-lo sem ouvir os habitantes da cidade.

Em busca do diálogo e da negociação, foi criado, em fevereiro, o Fórum de Entidades para fazer o acompanhamento do PDDU, reunindo 50 entidades civis - Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura), ABI (Associação Bahiana de Imprensa), Iamba (Instituto Ambientalista da Bahia), Fabs (Federação de Associações de Bairros de Salvador), Gérmen e Gambá (grupos am-

bientalistas), CUT (Central Única dos Trabalhadores), OAB (Ordem dos Advogados), dentre outras.

Acham que o novo PDDU que substituirá o anterior, em vigor há 20 anos, foi feito a portas fechadas dentro do gabinete da Seplan, levando em consideração apenas os interesses do setor imobiliário. E não aceitam isso. Nem a linguagem técnica usada, um "dialeto feito para distanciar os interessados em conhecer as novas diretrizes formuladas para a cidade".

"A prefeitura não divulgou o conteúdo do plano. É uma verdadeira simulação de participação", diz Bete Wagner, presidente do Partido Verde, desprezando a síntese do Plano disponibilizada na Internet. Cerca de 97 anexos estariam de fora desta exposição.

CURTAS

Veleiro Cisne Branco aberto à visitação pública

náuticas, tanto nacionais como internacionais, além de fomentar a mentalidade marítima na sociedade. De Salvador, o Cisne Branco segue para Recife, onde apóia eventos relativos à Regata Recife/Fernando de Noronha.

O navio veleiro "Cisne Branco" permanece atracado em Salvador até amanhã, aberto à visitação pública das 14h às 18h. A embarcação tem missão de representar a Marinha do Brasil em grandes missões

R\$ 19.990,00

- Para-choques na cor c
- Sistema Anti furto - PA
- Banco traseiro Bi-parti
- Pneus 175/65 R14"
- Calotas integrais
- Tacômetro
- Relógio digital (Cat. 1801)

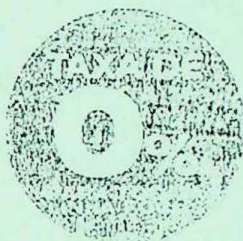


FordKa

R\$ 17.290,00

- Para-choques na
- Motor Zetec Roc
- Banco traseiro B
- Pneus 165/70 R1 (Cat. K302)

PRONTA ENTREGA



PREÇO POR DIA



FordMobility

Promoção válida até 06/09/2003 ou enquanto 2003 (Cat. K302) a partir de R\$ 17.290,00 a rede de distribuidores Ford. Valores para pntu entrada de 50% e saldo em 12 vezes - IOF (im se houver mudança significativa no mercado fi